



Renato Sérgio de Lima

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Diretor-Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Professor do Departamento de Gestão Pública da FGV EAESP

PhD in Sociology from the University of São Paulo. President of the Brazilian Forum on Public Safety and Professor at the Department of Public Management at FGV EAESP



Alan Fernandes

Doutor em Administração Pública e Governo pela FGV EAESP. Coronel da Reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

PhD in Public Administration and Government from FGV EAESP. Reserve Colonel of the Military Police of the State of São Paulo. Member of the Brazilian Public Security Forum



Os síndicos da Amazônia

The managers of the Amazon

Renato Sérgio de Lima

Alan Fernandes

Que a Amazônia é um dos grandes ativos geopolíticos e estratégicos do Brasil, quase todos concordam. Porém, ao se debruçar sobre a região, é notória a dificuldade de se construir convergências sobre o papel por ela ocupado na construção do interesse nacional e no modelo de soberania e desenvolvimento socioeconômico e ambiental dele derivado. Diferentes concepções sobre a forma de ocupação, exploração e uso do solo disputam fortes batalhas de legitimidade e turvam o debate político sobre a importância do bioma para o país – autorização de garimpos em terras indígenas seria um grande exemplo. Inimigos imaginários e reais misturam-se entre si e riscos efetivos são obnubilados ou por doutrinas de defesa nacional desfocadas das reais ameaças ou pela incapacidade de se construir âncoras públicas de coordenação e governança democrática de cenários complexos (KLIJN; KOPPENJAN, 2014), que mesclam diferentes níveis de relações federativas e de interesses político-ideológicos.

O problema é que, na ausência de tais âncoras, vale a posição de quem controla os meios logísticos e/ou de força; vale a capacidade de se estabelecer infraestruturas críticas que conectem a população e a economia da região ao restante do país e do mundo. Afinal, a Amazônia Legal vive hoje profundos contrastes, com mais de 70% de sua população de cerca de 30 milhões de habitantes vivendo em grandes cidades, ao mesmo tempo em que possui 45% dos

Almost everyone agrees that the Amazon is one of Brazil's greatest geopolitical and strategic assets. However, when one looks at the region, it is notoriously difficult to reach convergence on the role it plays in the construction of the national interest and its deriving model of sovereignty and socioeconomic and environmental development. Different conceptions about the form of occupation, land exploration and use engender strong battles for legitimacy and cloud the political debate about the importance of the biome for the country - authorizing mining on indigenous lands would be a great example. Imaginary and real enemies are mixed together and effective risks are obscured either by national defense doctrines unfocused on the real threats or by the inability to build public anchors of coordination and democratic governance of complex scenarios (KLIJN; KOPPENJAN, 2014), which mix different levels of federal relations and political-ideological interests.

The problem is that, in the absence of such anchors, what counts is the position of whoever controls the logistical means and/or the means of force; and the capacity to establish critical infrastructures that connect the region's population and economy to the rest of the country and the world. After all, the Legal Amazon region is currently experiencing profound contrasts, with more than 70% of its population of about 30 million people living in large cities, while at the same time possessing 45% of its approximately

5 million square kilometers of territory composed of Protected Areas, which, in turn, are distributed between Sustainable Use Conservation Units (CU) (11%), Full Protection areas (8%), Indigenous Lands - IT (23%), Environmental Protection Areas (3%) and *Quilombola* Lands (*Residents of the Quilombos - settlements established by escaped enslaved peoples*), with only 0.2% of the region's area (SANTOS; SALOMÃO; VERÍSSIMO, 2021).

The fact is that, at the level of the Rule of Law and State action, given the scale and size of the problems in the region, coupled with the federative issues peculiar to Brazil, state capacities and public policies in the region are strongly dependent and/or subordinated to the military logic of the Country's Armed Forces and, to a lesser extent, but with enormous impact on the daily management of the region's population's life, to the logic of the local military police. It is, then, the federal (about 18,000 soldiers in 2021) and state (about 62,500 police officers in 2021) military forces that will guarantee a permanent state presence in the region and will provide support/coverage to police operations and/or surveillance and control over land use. This means that, for example, vaccination programs on indigenous lands or operations by the Federal Police, the Civil Police, the Brazilian Institute for the Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA) or the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMbio) need, most of the time, logistical support and to use the resources and means from these institutions.

This should place these institutions at the center of the debate about the Amazon. The way they operate - or fail to operate - and the doctrines that support their values and their views about their roles and missions in the construction of the national interest need to be better explored and debated. It is true that the National Congress has recurrently omitted itself from its role of determining, updating, and supervising the mission of the Armed Forces, as well as, in light of the Federal Constitution, delimiting the contours of what would be the national interest. But, in a democracy, it is not up to the State bureaucracies to play this role, and even for this reason, there is a provision that the documents guiding the action of the Armed Forces (National Defense Plan and Policy) must be submitted, debated and approved by Congress.

The fact is that the commitments and socio-environmental goals that involve the Amazon will only be effectively fulfilled when in dialogue with the Armed Forces and when public security policies consider them as objectives of police activity (prevention and qualified repression). In face of the contemporary challenges, it is necessary to discuss without prejudice and update the doctrines, if, in fact, we want to guarantee sovereignty, security, social justice and citizenship. These are distinct spheres of power and legal competence, but whose synthesis operates the senses of public and social order to which the population of the region is subjected, with consequences for the country as a whole and for the planet. The hypertrophy of one of these spheres, to the detriment of others, does not contribute to Brazilian development and, worse, only reinforces inequalities and feeds particular interests.

It is, therefore, necessary to admit that control over the means of formal force and critical infrastructure does not guarantee the monopoly of legitimate public action

seus aproximados 5 milhões de km² de território composto por Áreas Protegidas, que, por sua vez, estão distribuídas entre Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável (11%), Proteção Integral (8%), Terras Indígenas – TI (23%), Áreas de Proteção Ambiental (3%) e Terras Quilombolas, com apenas 0,2% da área da região (SANTOS; SALOMÃO; VERÍSSIMO, 2021).

O fato é que, no plano do Estado de Direito e da ação estatal, diante da escala e do tamanho dos problemas da região, aliado às questões federativas peculiares ao Brasil, as capacidades estatais e as políticas públicas na região ficam fortemente dependentes e/ou subordinadas à lógica militar das Forças Armadas da União e, em uma faixa de menor visibilidade, mas de enorme impacto na gestão cotidiana da vida da população da região, à lógica das polícias militares estaduais. Serão os efetivos das forças militares federais (cerca de 18 mil soldados em 2021) e estaduais (cerca de 62.500 policiais em 2021) que irão garantir a presença estatal permanente na região e darão suporte/lastro a operações policiais e/ou fiscalização e controle do uso do território. Isso significa que, por exemplo, programas de vacinação em terras indígenas ou operações da Polícia Federal, da Polícia Civil, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ou do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) precisam, na maior parte das vezes, do apoio logístico e da utilização dos recursos e meios dessas instituições.

Isso deveria colocar tais instituições no centro do debate sobre a Amazônia. A forma como elas atuam – ou deixam de atuar – e as doutrinas que sustentam seus valores e suas visões acerca de seus papéis e missões na construção do interesse nacional precisam ser mais bem explorados e debatidos. É verdade que o Congresso Nacional tem recorrentemente se omitido de seu papel de determinar, atualizar e fiscalizar a missão das Forças Armadas, bem como de, à luz da Constituição Federal, delimitar os contornos do que seria o interesse nacional. Mas, em uma democracia, não cabe às burocracias estatais esse papel e, até por isso, existe a previsão de que os documentos balizadores da ação das Forças Armadas (Plano e Política Nacional de Defesa) sejam submetidos, debatidos e aprovados pelo Congresso.

O fato é que os compromissos e as metas socioambientais que envolvam a Amazônia só serão efetivamente cumpridas quando em diálogo com as Forças Armadas e quando as políticas de segurança pública as considerarem enquanto objetivos da atividade policial (prevenção e repressão qualificada). Ante os desafios contemporâneos, é preciso discutir sem preconceitos e atualizar as doutrinas, caso, de fato, queiramos garantir soberania, segurança, justiça social e cidadania. São esferas de poder e competência legal distintas, mas cuja síntese opera os sentidos da ordem pública e social à qual está submetida a população da região, com consequências para o país como um todo e para o planeta. A hipertrofia de uma dessas esferas, em detrimento de outras, não contribui para o desenvolvimento brasileiro e, pior, só reforça desigualdades e alimenta interesses particulares.

É forçoso admitir, por conseguinte, que o controle dos meios de força formal e da infraestrutura crítica não garante o monopólio da ação pública legítima e, em especial, reforça a necessidade de as forças militares federais e estaduais serem mais *accountable*, uma

and, in particular, reinforces the need for federal and state military forces to be more accountable, since there is a strong institutional isolation and little willingness to dialogue with those who think differently - there are signs that this is changing, but there are still mutual prejudices that hinder the search for solutions to the region's problems that contemplate the legitimate democratic plurality of positions at stake. The institutions of force need to be immune to political clashes, that is, they cannot believe that defending the green economy or the standing forest is a label that makes its defenders enemies of sovereignty or a proxy of global interests. The senses and meanings of sovereignty, order and security should be given by the Legislative Branch, in articulation with the other Powers of the State, and need to consider the rescue of millions of the region's inhabitants from poverty and violence, as well as the fact that preserving the Amazon constitutes Brazil's great geopolitical and strategic asset for the future.

However, in parallel to the discussion on coordination of state action, there is a phenomenon at the societal level that connects with this discussion and, above all, makes it even more complex by showing how its deficiencies are exploited by the criminal world. We are talking about the overlapping of violence, illegalities and, in a more recent context, the role of prison-based organized crime in regulating the economy and life in the Amazon. Deforestation, illegal mining, and the presence of criminal factions have transformed the Brazilian Amazon into a stage for disputes that strongly impact the rates of lethal violence throughout the region. According to the study "Cartography of Violence in the Amazon Region" (BRAZILIAN FORUM ON PUBLIC SAFETY, 2022), prepared by the Brazilian Forum on Public Safety (FBSP, in its Portuguese acronym), in partnership with the Institute for Climate and Society (ICS), the average rate of lethal violence in the region is 40.8% higher than in other Brazilian municipalities. In addition, while in Brazil the rate of intentional violent deaths per 100 thousand inhabitants is 23.9, in the states of the region it is 29.6, being even higher in the states of Amapá (41.7), Acre (32.9) and Pará (32.5 violent deaths per 100 thousand inhabitants).

Most of these occurrences were in areas classified as "deforested" (36%) and "non-deforested" (33%), according to Amazon's classification, which indicates the strong influence of transnational criminal groups in the region around the illegal timber trade and drug trafficking. The set of municipalities with the highest rates are those under deforestation pressure (37.1 deaths for each group of 100 thousand inhabitants); in second place are deforested municipalities (34.6 per 100 thousand inhabitants); in sequence are non-deforested municipalities with a rate of 29.7, and finally, forested municipalities have the lowest rate of violent deaths, with 24.9 per 100 thousand (BRAZILIAN FORUM ON PUBLIC SAFETY, 2022).

While the homicide mortality rate in Brazil grew by 85% between 1980 and 2019, in the North the growth was 260.3% in the same period, well above the national average. This growth came accompanied by a phenomenon of internalization of violence in the country from the 2000s on (FERRERI; MENDONÇA FILHO, 2014; FILHO; MERCHANHAMANN; VASCONCNELOS, 2020; (BRAZILIAN FORUM ON PUBLIC SAFETY, 2022). The rate of lethal violence in rural/forest areas in the Amazon region grew 9.2% between 2018 and 2020, in contrast to what happened in the rest of Brazil's rural municipalities, where there was a drop of 6.1%. In the region's intermediate municipalities, a 13.8%

vez que há um forte insulamento institucional e pouca disposição para o diálogo com quem pensa diferente – há sinais de que isso está mudando, mas ainda existem preconceitos mútuos que interdita a busca de soluções para os problemas da região que contemplem a pluralidade democrática legítima de posições em jogo. As instituições de força precisam ficar imunes aos embates políticos, ou seja, não podem acreditar que defender economia verde ou floresta de pé seja rótulo que torna seus defensores inimigos da soberania ou prepostos de interesses globais. Os sentidos e significados da soberania, da ordem e da segurança devem ser dados pelo Poder Legislativo, em articulação com os demais Poderes, e precisam considerar o resgate de milhões de habitantes da região da pobreza e da violência, bem como o fato de que preservar a Amazônia constitui o grande ativo geopolítico e estratégico do Brasil para o futuro.

Mas, em paralelo à discussão sobre coordenação da ação estatal, há no plano societal um fenômeno que se conecta com tal discussão e, sobretudo, torna-a ainda mais complexa por mostrar como suas deficiências são exploradas pelo mundo do crime. Estamos falando da sobreposição de violências, ilegalidades e, em um contexto mais recente, do papel do crime organizado de base prisional na regulação da economia e da vida na Amazônia. O desmatamento, o garimpo ilegal e a presença de facções criminosas transformaram a Amazônia brasileira em palco de disputas que impactam fortemente os índices de violência letal em toda a região. Segundo o estudo “Cartografia das Violências na Região Amazônica” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022), elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com o Instituto Clima e Sociedade (iCS), a taxa média de violência letal na região é 40,8% superior à verificada nos demais municípios brasileiros. E não só, enquanto no Brasil, em 2020, a taxa de mortes violentas intencionais a cada 100 mil habitantes foi de 23,9, nos estados da região foi de 29,6, sendo ainda maior no Amapá (41,7), Acre (32,9) e Pará (32,5 mortes violentas em cada 100 mil habitantes).

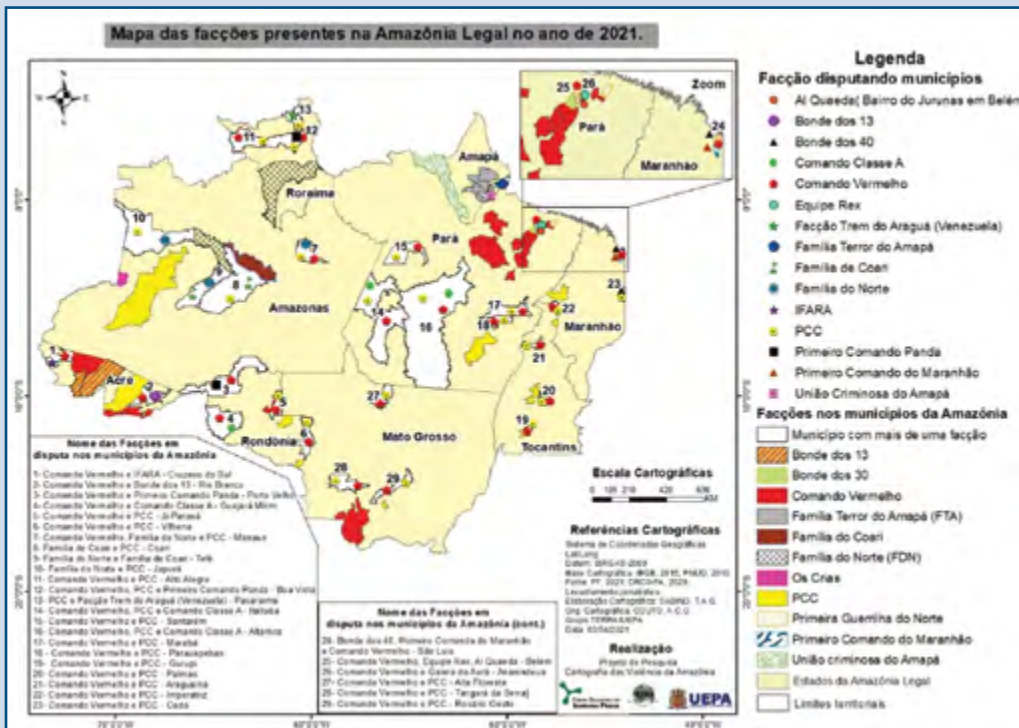
A maior parte dessas ocorrências se deram em áreas classificadas como “desmatadas” (36%) e nas “não-florestais (33%), conforme classificação do Imazon, o que indica a forte influência de grupos criminosos transnacionais na região em torno do comércio ilegal de madeira e do tráfico de drogas. O conjunto de municípios com as maiores taxas são os sob pressão de desmatamento (37,1 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes); em segundo lugar, os municípios desmatados (34,6 a cada 100 mil habitantes); na sequência, aparecem municípios não florestais com taxa de 29,7, e, por fim, os municípios florestais ostentam a menor taxa de letalidade violenta, com 24,9 por 100 mil (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Enquanto a taxa de mortalidade por homicídio no Brasil cresceu 85% entre os anos de 1980 e 2019, na Região Norte o crescimento foi de 260,3% no mesmo período, muito acima da média nacional. Esse crescimento veio acompanhado de um fenômeno de interiorização da violência no país a partir dos anos 2000 (FERRERI; MENDONÇA FILHO, 2014; FILHO; MERCHAN-HAMANN; VASCONCELOS, 2020; (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). A taxa de violência letal nas zonas rurais/floresta na região Amazônica apresentou crescimento de 9,2% entre 2018 e 2020, na contramão do que ocorreu no restante dos municípios rurais brasileiros, onde houve queda de 6,1%. Nos municípios intermediários da região, também foi registrado crescimento de 13,8%

growth was also recorded in the period against a 3.4% drop in the country. Regarding lethal violence in urban municipalities, there is a reduction in lethal violence in both the Amazon region and the rest of the nation's territory between 2018 and 2020, with a drop of 25.7% in the Legal Amazon, 16.2% in the other municipalities, and 17.7% if we consider the aggregate across the national territory. Without the municipalities of the Legal Amazon, the rate of deaths by violent causes in the region's urban municipalities was 32 homicides per 100 thousand inhabitants in 2020, well above the national average of 22 per 100 thousand (BRAZILIAN FORUM ON PUBLIC SAFETY, 2022).

For the analysis that we propose here, recognizing the State as the locus of legitimate power, we can assume that at least three factors seem to contribute directly to the growth of lethal violence in the Legal Amazon region: the intense presence of organized crime factions, with more than 20 regional organizations and two large national organizations (PCC and *Comando Vermelho*) that dispute the main national and transnational drug trafficking routes; The advance of deforestation, accompanied by the intensification of land conflicts and illegal mining, many of them on indigenous lands, and, finally, weak and deficient institutional structures and capacities of the public security forces in the region, which, like what happens in public safety throughout Brazil, means that the Public Power, in its multiple spheres and powers, does not have a monopoly on the use of force in economic and social relations in the Amazon.

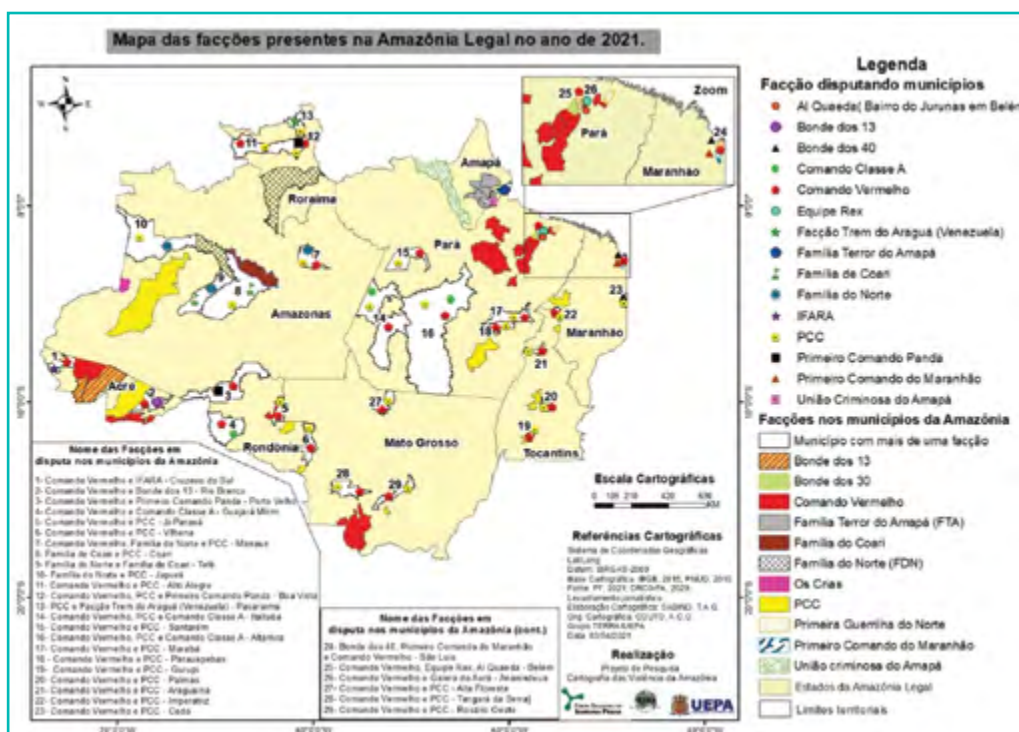
Figure 1 Map of criminal factions present in the Legal Amazon region (2021)



no período contra queda de 3,4% no país. Em relação à violência letal nos municípios urbanos, verifica-se redução da violência letal tanto na região amazônica como no restante do território nacional entre 2018 e 2020, com uma queda de 25,7% na Amazônia Legal, 16,2% nos demais municípios e de 17,7% se considerarmos o agregado em todo o território nacional. Sem os municípios da Amazônia Legal, a taxa de mortalidade violenta nos municípios urbanos da região foi de 32 homicídios por 100 mil habitantes em 2020, bastante superior à média nacional, de 22 por 100 mil ((FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Para a análise que propomos aqui, reconhecendo o Estado como lócus de poder legítimo, pode-se supor que ao menos três fatores parecem contribuir diretamente para o crescimento da violência letal na região da Amazônia Legal: intensa presença de facções do crime organizado, com mais de 20 organizações regionais e duas grandes organizações nacionais (PCC e Comando Vermelho) que disputam as principais rotas nacionais e transnacionais de narcotráfico; o avanço do desmatamento, acompanhado da intensificação de conflitos fundiários e de garimpos ilegais, muitos dos quais em terras indígenas, e, por fim, frágeis e deficitárias estruturas e capacidades institucionais das forças de segurança da região, que, à semelhança do que acontece na segurança pública do Brasil inteiro, faz com que o Poder Público, em suas múltiplas esferas e poderes, não consiga o monopólio do uso da força nas relações econômicas e sociais da Amazônia.

Figura 1 Mapa das facções presentes na Amazônia Legal (2021)



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022

And the thread that connects these three factors seems to be the fact that there is no coordinating body and/or space that anchors public responses to the challenges posed. Thus, given the scale of the problems and the geopolitical centrality of the region, each agency or institution works hard, but often in friction or conflict with other public agencies and institutions. And on top of that, in the breach and in the face of the illegalities that structure many of the political, economic, and social relationships, organized crime advances and threatens the sovereignty and legitimate public control of the national territory.

Criminal factions and mining on Yanomami land

To exemplify our argument, we anticipate here some observations that are being made in the unfolding of the project "Cartography of Violence in the Amazon Region", of the Brazilian Forum on Public Safety, which aims to reflect on how to improve the region's mechanisms of coordination and democratic governance. This project includes field missions and interviews in the states of Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia and Roraima. Among what has already been possible to analyze, the example of mining on Yanomami land in Roraima is very emblematic of what has been described so far and of the importance of looking beyond the bureaucratic layer.

According to field observations made in Roraima, gold mining is concentrated in the north of the state, on the borders with Venezuela and Guyana. It is all located on demarcated indigenous lands, which means that the gold mining in that state is illegal. There is no mining permit, despite the intense commerce and its importance for the state's economy: in the mining lands, everyday commercial transactions, such as the purchase of food and beverages, fuel, and even prostitution, are paid for in grams of gold¹. In other words, there is no circulation of cash money. The state does not regulate the exchanges or have control and monopoly over taxation. Given the extreme informality and marginality of this trade, the question of management of these territories emerges as a sensitive issue. The data obtained from the interviewees indicate that the management of this local life is done by the PCC (*Primeiro Comando da Capital*) and not by the state security forces, which have the capacity to intervene, but act in a selective way according to priorities and visions about what should be tackled.

In practice, it is the members of the PCC, even if they are not the "owners of the mines," who regulate, through the payment of fees, a set of activities that provide the conditions for illegal exploitation: the entry of fuel (a very valuable resource in the mines, since it allows for everything from the combustion engines used in ore extraction to the generation of electricity for the people in the small villages, called "currutelas"); local drug trafficking; and the management of local order, made by the use of weapons, including rifles. It is up to the PCC to provide the logistical means and force; to ensure the critical infrastructures of the crime economy and illegalities, which are not limited to its activities as

1 For example, a case of beer is worth 1,5 grams of gold; a bottle of cachaça can be bought with 1 gram; and prostitution services can be arranged with the payment of 3 to 5 grams. It is estimated that, in Reais, a gram of gold is worth at least R\$200.00 at the hand of the miner, which means that a case of beer is worth R\$500.00, a bottle of cachaça is worth R\$200.00, and prostitution is paid for with something varying between R\$600.00 and R\$1,000.00.

E a linha que liga esses três fatores parece ser o fato de que não há um órgão e/ou espaço de coordenação que ancore as respostas públicas ante os desafios postos. Com isso, diante da escala dos problemas e da centralidade geopolítica da região, cada órgão ou instituição trabalha muito, mas, não raro, trabalha em atrito ou conflito com outros órgãos e instituições públicas. E ainda mais grave, na brecha e diante das ilegalidades que estruturam muitas das relações políticas, econômicas e sociais, o crime organizado avança e, ele sim, ameaça a soberania e controle público legítimo do território nacional.

Facções criminosas e garimpo em Terra Yanomami

Para exemplificar esse nosso argumento, antecipamos aqui algumas observações que estão sendo feitas em desdobramento do projeto “Cartografia das Violências na Região Amazônica”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e que visa refletir sobre como aprimorar os mecanismos de coordenação e governança democrática da região. Tal desdobramento prevê missões de campo e entrevistas no Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Entre o que já foi possível ser analisado, o exemplo dos garimpos em terras Yanomami em Roraima é muito emblemático do que foi até aqui descrito e da importância de um olhar para além da camada burocrática.

De acordo com as observações de campo feitas em Roraima, o garimpo de ouro se concentra no norte do estado, nas divisas com a Venezuela e Guiana. Ele está todo localizado em terras indígenas demarcadas, o que significa que o garimpo realizado naquele estado é ilegal. Não há autorização de lavra, a despeito do intenso comércio e sua importância para a economia do estado: nos territórios de extração de minérios, as transações comerciais cotidianas, como compra de víveres (alimentos e bebidas), combustível e até mesmo a prostituição são pagas em gramas de ouro¹. Ou seja, não há circulação de papel-moeda. O Estado não regula as trocas ou detém controle e monopólio sobre tributação. Diante da extrema informalidade e marginalidade deste comércio, a questão da gestão desses territórios emerge como tema sensível. Os dados obtidos junto aos entrevistados apontam que a gestão dessa vida local se dá pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) e não pelas forças de segurança do Estado, que possuem capacidades de intervenção, mas atuam de forma seletiva diante das prioridades e visões sobre o que deve ser enfrentado.

Na prática, são os membros do PCC, mesmo não sendo os “donos do garimpo”, que regulam, mediante pagamentos de taxas, um conjunto de atividades que proporciona as condições da exploração ilegal: a entrada de combustível (recurso muito valorizado no garimpo, pois permite desde o acionamento de motores a combustão utilizados na extração dos minérios até a geração de energia elétrica para a vida das pessoas nas pequenas vilas, chamadas “currutelas”); o tráfico de drogas local; e a gestão da ordem local, feita pela imposição de armas, incluindo fuzis. Cabe ao PCC prover os meios logísticos e de força; garantir as infraestruturas críticas da economia do crime e

1 A título de exemplo, uma caixa de cerveja vale 1,5 grama de ouro; uma garrafa de cachaça se compra com 1 grama; e um programa de prostituição se consegue com o pagamento de 3 a 5 gramas. Estima-se que, em reais, o grama de ouro valha, no mínimo, R\$200,00 na porta do garimpo, o que significa que a caixa de cerveja é igual a R\$ 500,00, a de cachaça vale R\$200,00 e a prostituição se pague com algo variável entre R\$600,00 e R\$ 1.000,00.

a criminal organization, but spread to various dimensions of social life and are politically appropriated by different actors and segments. Not by accident, the PCC is responsible for determining behaviors and who can or cannot circulate in the *garimpo* (mining area). But it always operates in a relational way to the public power, often via corruption or threats, and does not configure as an armed paramilitary group like the Colombian FARC that confronts the State and claims formal sovereignty over the territory.

Symptomatic of this configuration, according to reports, at the beginning of this year, an officer of the Military Police of Roraima was killed in the capital, Boa Vista, and one of the perpetrators of this crime fled to the mining region. Faced with this information, different security forces began to inspect the entry of fuel in the access roads to the mines, raising the cost of the "carote" (the name given to the plastic container that holds 20 liters) from 4 grams of gold (R\$ 800.00) to 15 grams (R\$ 3,000.00). In response, in an audio attributed to a PCC leader, the caller addresses other leaders in the mines and says that it is no longer possible to house the criminal, who would not be "accountable in the world of crime" and only "came to the mines because our brother" brought him. He then decides that the man involved in the officer's death should be handed over to the police authorities, in order to put an end to the operation and promote the return to normality of illegal commercial activities.

What emerges from the interviews conducted by the Brazilian Forum on Public Security team in the region is the presence of the PCC - and/or the *Comando Vermelho*, depending on the area or state in question - in the regulation of daily activities, offering support for the illegal extraction of gold on Yanomami land, which is carried out by criminal groups other than the most widely recognized criminal factions on the Brazilian scene. There is a symbiosis of economic and political interests that moves multiple illegalities and strengthens the edifice of violent criminality. Like a building manager, where the building are the mines and mining, the PCC is in charge of managing the rules of coexistence, regulating the local commerce, including narcotics, and derives income from these dynamics. But it only occupies such a position because it has the connivance and complacency of other organized groups that benefit from this reality.

These reports are even more relevant to the extent that they may be empirical evidence of the overlapping illegalities, which have gained drama and violence from the presence of prison-based criminal factions that dispute drug and arms trafficking routes and now administer increasing portions of Amazonian territory (SOARES; PEREIRA; PUCCI, 2021). But, what draws much attention is that the reports also show that State capacities exist and are not absent. If today they face typical problems of any control organization, such as corruption risks or excessive autonomy, they also lack a concentrated effort by public policy makers to improve the coordination of actions and ensure democratic governance capable of facing the power and strength of the illegal economy and its consequences. Therefore, the importance of a reflection that recognizes security, sovereignty, citizenship and sustainable development as articulated and interconnected spheres of a project for the Amazon and of national interest that is founded in our Constitution and that presupposes an independent nation and, at the same time, is socio-environmentally responsible for the future of the planet; a nation that is strengthened in plurality and in unconditional respect for the fundamental rights of its population.

das ilegalidades, que não se resumem às suas atividades enquanto organização criminosa, mas que se espraiam para as várias dimensões da vida social e são politicamente apropriadas por diferentes atores e segmentos. Não à toa, cabe ao PCC determinar comportamentos e quem pode ou não circular no garimpo. Mas ele opera sempre de modo relacional ao poder público, não raro via corrupção ou ameaças, e não se configura como um grupo paramilitar armado do tipo das FARC colombianas que confronta o Estado e reivindica soberania formal sobre o território.

Sintomático dessa configuração, de acordo com relatos obtidos, no início deste ano, um oficial da Polícia Militar de Roraima foi morto na capital, Boa Vista, e um dos autores desse crime fugiu para a região do garimpo. Diante dessa informação, diferentes forças de segurança passaram a fiscalizar a entrada de combustível nos acessos ao garimpo, elevando o custo do “carote”, (nome dado ao vasilhame plástico que acondiciona 20 litros) de 4 gramas de ouro (R\$ 800,00) para 15 gramas (R\$ 3.000,00). Como resposta, em áudio atribuído a um líder do PCC, o interlocutor se dirige a outras lideranças no garimpo e diz que não é mais possível abrigar o criminoso, que não seria “responsável no mundo do crime” e só “veio pro garimpo porque nosso irmão” o trouxe. Decide, então, que o envolvido com a morte do PM deveria ser entregue às autoridades policiais, de forma a acabar com a operação e promover o retorno normal das atividades comerciais ilegais.

O que se depreende das entrevistas feitas pela equipe do Fórum Brasileiro de Segurança Pública na região é a presença do PCC – e/ou do Comando Vermelho, a depender da área ou do estado envolvido – na regulação das atividades cotidianas, oferecendo o suporte para a realização da extração ilegal de ouro em terras Yanomamis, que se dá por outros grupos criminosos, que não aquelas facções criminosas mais amplamente reconhecidas no cenário brasileiro. Há uma simbiose de interesses econômicos e políticos que movimenta múltiplas ilegalidades e fortalece o edifício da criminalidade violenta. Assim como um síndico em que o condomínio seja o garimpo, o PCC se encarrega da administração das regras de convivência, regula o comércio local, incluindo entorpecentes, e, dessas dinâmicas, obtém seus rendimentos. Mas, ele só ocupa tal posição por ter a conivência e a complacência de outros grupos organizados que se beneficiam desta realidade.

Esses relatos são ainda mais relevantes na medida em que eles podem ser evidências empíricas da sobreposição de ilegalidades, que têm ganhado dramaticidade e violência a partir da presença das facções criminosas de base prisional que disputam rotas de tráfico de drogas e armas e agora administram crescentes parcelas do território da Amazônia (SOARES; PEREIRA; PUCCI, 2021). Mas, o que chama muito a atenção é que os relatos também mostram que as capacidades estatais existem e não estão ausentes. Se hoje elas enfrentam problemas típicos de qualquer organização de controle, como riscos de corrupção ou de excesso de autonomia, elas também carecem de um esforço concentrado por parte dos formuladores de políticas públicas para melhorar a coordenação de ações e garantir governança democrática capaz de fazer frente ao poder e à força da economia ilegal e de suas consequências. Por isso, a importância de uma reflexão que reconheça segurança, soberania, cidadania e desenvolvimento sustentável como esferas articuladas e interconectadas de um projeto de Amazônia e de interesse nacional que está fundado em nossa Constituição e que pressupõe uma nação independente e, ao mesmo tempo, responsável socioambientalmente diante do futuro

In a nation such as the one we want, there is no room for naivety or ideological instrumentation of State institutions. There is no possibility of colluding with illegalities, violence, and threats to the future of humanity. The data presented here show a worrisome picture in the Amazon and that we must prioritize the search for solutions and convergence, despite differences in ideology or economic models. Our conclusion is that citizenship, security and environment can no longer be antagonized. To repeat such a mistake is to give organized and violent crime effective control over the region and to renounce the Rule of Law.

References

- FERRERI, MARCELO DE ALMEIDA; MENDONÇA FILHO, MANOEL CARLOS CAVALCANTI. Contradições do cotidiano nos homicídios por motivo fútil no Baixo São Francisco: pistas para pensar a interiorização da violência. **Revista Polis e Psique**, v. 4, n. 1, p. 54, 2014. DOI: 10.22456/2238-152x.42483. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/42483>. Acesso em: 11 abr. 2022
- FILHO, Aduino Martins Soares; MERCHAN-HAMANN, Edgar; VASCONCELOS, Cintia Honório. Expansão, deslocamento e interiorização do homicídio no Brasil, entre 2000 e 2015: uma análise espacial. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 25, n. 8, p. 3097-3105, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020258.32612018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FFvJHHDmzffLnNFkY7tBRBR/?lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2022
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região Amazônica**. São Paulo. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/11/cartografias-das-violencias-na-regiao-amazonica-sintese-dos-dados.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022
- KLIJN, Erik-Hans; KOPPENJAN, Joop. Complexity in Governance Network Theory. **Complexity, Governance & Networks**, v. 1, n. 1, p. 61, 2014. DOI: 10.7564/14-cgn8. Disponível em: <https://ubp.uni-bamberg.de/ojs/index.php/cgn/article/view/20/o>. Acesso em: 08 abr. 2022
- SANTOS, Daniel; SALOMÃO, Rodney; VERÍSSIMO, Adalberto. Fatos da Amazônia 2021. **Amazônia 2030**, p. 86, 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022
- SOARES, Rodrigo R.; PEREIRA, Leila; PUCCI, Rafael. **Ilegalidade e Violência na Amazônia**. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/ilegalidade-e-violencia-na-amazonia/>. Acesso em: 11 abr. 2022

do planeta; uma nação que se fortalece na pluralidade e no respeito incondicional dos direitos fundamentais de sua população.

Em uma nação como essa que queremos, não há espaço para ingenuidade ou instrumentalização ideológica das instituições de Estado. Não há possibilidade de se compactuar com ilegalidades, violências e ameaças ao futuro da humanidade. Os dados aqui apresentados mostram um quadro preocupante na Amazônia e que devemos priorizar a busca de soluções e convergência, não obstante existirem diferenças ideológicas ou de modelos econômicos. Cidadania, segurança e meio ambiente não podem mais ser antagonizados, essa é a nossa conclusão. Repetir tal erro é dar ao crime organizado e violento o controle efetivo da região e renunciar ao Estado de Direito.

Referências

FERRERI, MARCELO DE ALMEIDA; MENDONÇA FILHO, MANOEL CARLOS CAVALCANTI. Contradições do cotidiano nos homicídios por motivo fútil no Baixo São Francisco: pistas para pensar a interiorização da violência. **Revista Polis e Psique**, v. 4, n. 1, p. 54, 2014. DOI: 10.22456/2238-152x.42483. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/42483>. Acesso em: 11 abr. 2022

FILHO, Adauto Martins Soares; MERCHAN-HAMANN, Edgar; VASCONCELOS, Cintia Honório. Expansão, deslocamento e interiorização do homicídio no Brasil, entre 2000 e 2015: uma análise espacial. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 25, n. 8, p. 3097-3105, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020258.32612018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FFvJHHDmzffLnNFkY7tBRBR/?lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2022

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região Amazônica**. São Paulo. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/11/cartografias-das-violencias-na-regiao-amazonica-sintese-dos-dados.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022

KLIJN, Erik-Hans; KOPPENJAN, Joop. Complexity in Governance Network Theory. **Complexity, Governance & Networks**, v. 1, n. 1, p. 61, 2014. DOI: 10.7564/14-cgn8. Disponível em: <https://ubp.uni-bamberg.de/ojs/index.php/cgn/article/view/20/0>. Acesso em: 08 abr. 2022

SANTOS, Daniel; SALOMÃO, Rodney; VERÍSSIMO, Adalberto. Fatos da Amazônia 2021. **Amazônia 2030**, p. 86, 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022

SOARES, Rodrigo R.; PEREIRA, Leila; PUCCI, Rafael. **Ilegalidade e Violência na Amazônia**. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/ilegalidade-e-violencia-na-amazonia/>. Acesso em: 11 abr. 2022